

## POLÍTICAS SOCIAIS NO TERRITÓRIO: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TAMARANA-PR

Mariana Pereira da Silva <sup>i</sup>  
Evandro José Narduci Ruiz <sup>ii</sup>  
Andressa Rodrigues Sensato Oliveira <sup>iii</sup>

Recebido em: novembro de 2017  
Publicado e aceito em: dezembro de 2017

### Resumo

Para cumprir o propósito da presente pesquisa, realizou-se a investigação de referências teóricas que discutem território e políticas públicas nacionais. Deste modo, o trabalho foi dividido na seguinte estrutura: uma discussão inicial acerca do território das políticas sociais, encadeado pela apresentação de iniciativas como: o Programa Fome Zero, Merenda Escolar, Bolsa Família, contemplando uma discussão a respeito dos impactos desses programas no município de Tamarana-PR, via análise de dados secundários, bem como considerações ao particular estudo desenvolvido.

**Palavras-chave:** Território; Políticas sociais; Tamarana.

### Abstract

In order to fulfill the purpose of the present research, the investigation of theoretical references that discuss territory and national public politics was carried out. In this way, the work was divided into the following structure: an initial discussion about the territory of social policies, chained by the presentation of initiatives such as the Zero Hunger Program, School lunch, Bolsa Família, contemplating a discussion about the impacts of these programs in the municipality Of Tamarana-PR, through analysis of secondary data, as well as considerations to the particular study developed.

**Keywords:** Territory; Social Politics; Tamarana.

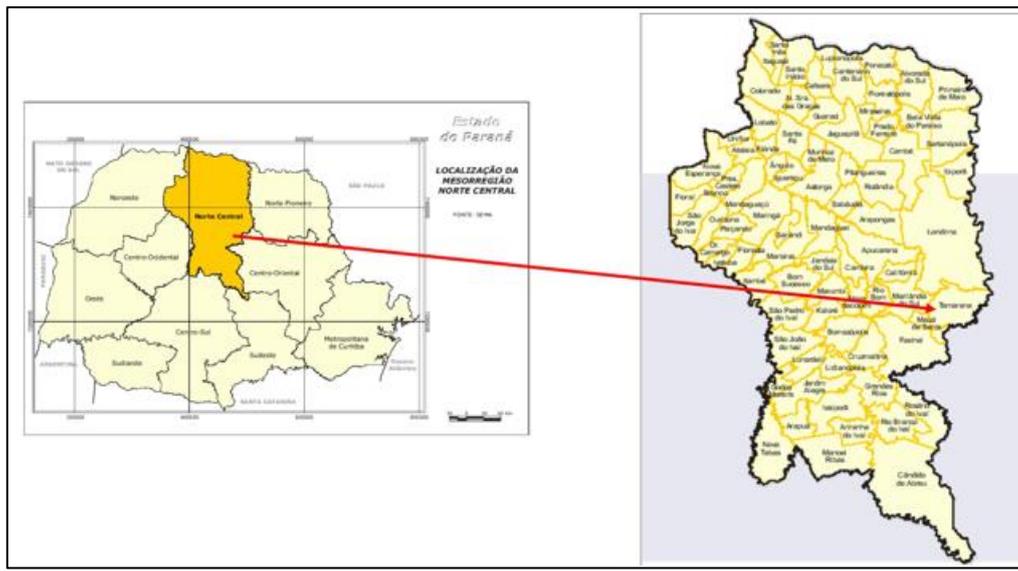
## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende resenhar a respeito das políticas sociais afirmativas voltadas a minimização, bem como diminuir índices em que a população se encontra na linha da pobreza e/ou abaixo desta. Desta maneira, definimos nosso recorte territorial ao abordar as

propostas do Programa Fome Zero, no município de Tamarana, em que residem a população a qual estas políticas se destinam.

O município de Tamarana está localizado, segundo as subdivisões do IBGE, na Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense ou mais, especificamente, na Microrregião Geográfica de Londrina, como representado na figura 01. Com uma área de 472,155 km<sup>2</sup>, contando com 12.262 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 25,97 hab/km<sup>2</sup>, segundo o IBGE 2010.

**Figura 01:** Localização de Mesorregião Norte Central Paranaense



Fonte: IPARDES, 2016.

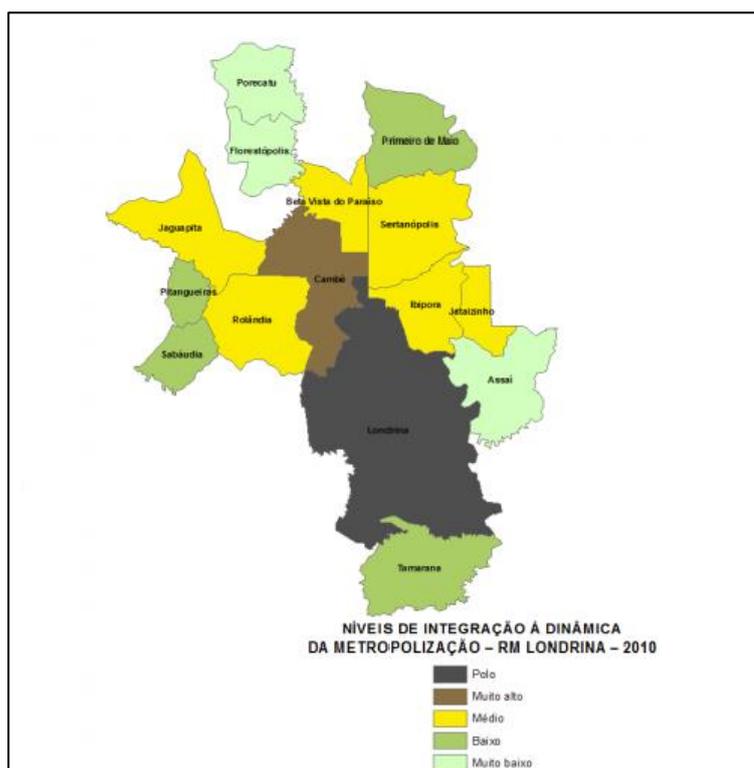
### O território das políticas sociais

Vivenciamos os processos territoriais cotidianamente, e por vezes não observamos sua gênese. Ao abordar o conceito de território, refere-se a diferentes áreas, como a Ciência Política, Antropologia, e a Geografia, no qual os objetos de análise compreendem formas e sentidos específicos. Optou-se pelo recorte municipal, visto que este possui expressiva autonomia no recorte da federação e sua relevância frente as políticas locais.

Para Castro (2005, p.134) o município “é o recorte que revela, em escala reduzida, comportamentos, valores e preferências que permitem compreender traços característicos e diferenças regionais na sociedade nacional”. É também, segundo Castro (2005), o espaço onde são concretizadas as políticas públicas. “No Brasil, pelas suas características constitucionais, o município é um espaço político institucional por excelência” (Castro, 2003, p.17).

O polo de Londrina tem em sua área de maior integração os municípios de Ibiporã e Cambé, interligados por fluxos de movimento pendular, registrando-se que, a participação de Londrina neste tipo de deslocamento representa cerca de 30% do total desta área de maior integração. Constituída por oito municípios, esta aglomeração apresenta em condição social ruim, o município de Tamarana; em condição social média, os municípios de Bela Vista do Paraíso, Rolândia e Sertãoópolis; e em condição social boa os municípios de Cambé, Ibiporã, Jataizinho e Londrina. Para determinar essas desigualdades sociais considerou-se nos estudos (Ministério das Cidades, 2008), o índice de carência habitacional e a taxa de pobreza do município, no qual estes resultados foram relacionados com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Para uma melhor representação dos dados, os municípios foram classificados em cinco grupos conforme condição social apresentada: muito boa, boa, média, ruim e muito ruim, conforme figura 02.

**Figura 02:** Níveis de integração da RM Londrina (PR)



Fonte: Base cartográfica IBGE (2010). Elaboração: IPARDES; Observatório das Metrôpoles (2012).

Diante deste mapeamento, é possível analisar que seis (6) municípios da Região Metropolitana de Londrina, apresentaram nível médio de integração com a mesma. Cambé, município lindeiro, apresenta nível muito alto se comparado com os demais em integração.

Em Saquet (2015, p.29), é possível identificar quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem de território e de territorialidade humana, em diferentes períodos do tempo histórico. São elas: I- influentemente de ordem econômica, “com base no materialismo histórico e dialético, na qual se entende a territorialidade como relações de produção acompanhadas por forças produtivas, isto é, como relações de subordinação e exploração”, desta maneira, o território é resultado e determinante de acumulação de capital; II- materialista, com base geopolítica, com territorialidade vinculada diretamente a atuação do Estado-nação e a soberania, exercendo assim o processo de domínio e controle; III- fenomenológica, com ênfase nas dinâmicas política e cultural, marcada por sentimentos, identidades, memória, espaço vivido; e por fim, Saquet (2015, p.30) aborda, IV- recente se comparada as demais, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local: “territorialidade significa relações políticas de governança sem deixar de envolver processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente”.

[...] a noção de temporalidade é fundamental na argumentação que estamos construindo, juntamente com a de territorialidade, pois facilitam a apreensão das identidades, das relações de poder, das desigualdades e das diferenças, o que nos remete a refletir epistemológica e ontologicamente sobre os distintos territórios. (SAQUET, 2015, p.22)

Abordar-se-á ao decorrer deste ensaio, o binômio do materialismo e idealismo, no qual Haesbaert (2007, p.45), aborda que o sentido deste é “desdobrado depois em duas outras perspectivas, a visão mais totalizante e a visão mais parcial de território em relação ao vinculado sociedade-natureza” e suas dimensões, no qual abrange-se a respeito das políticas de ordem social. Para tal fim, dissertou-se neste a respeito das propostas do projeto fome zero, componente do bolsa família, analisados em escala municipal, especificamente no município de Tamarana/Pr.

### **Conhecendo alguns programas**

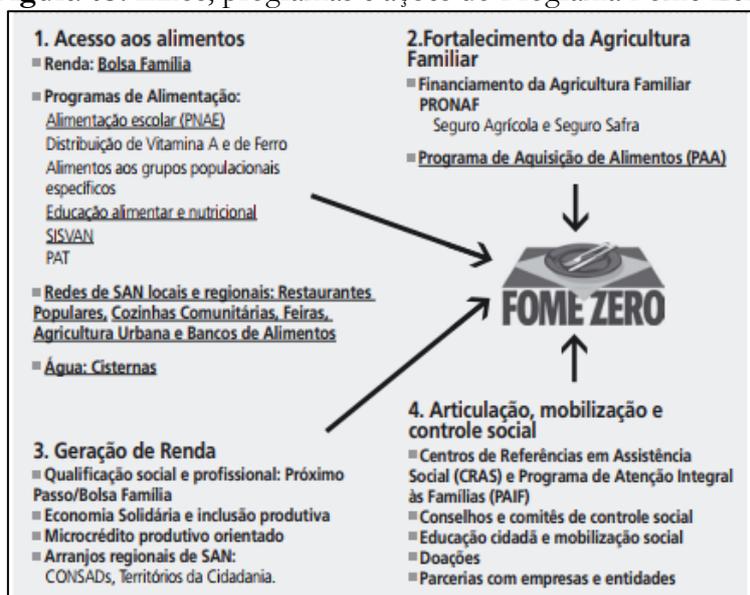
Para sanar as necessidades de renda das famílias dos municípios menos favorecidos economicamente e socialmente, o Governo Federal há muitos anos vem desenvolvendo políticas públicas voltadas para a população que se encontra em situação de pobreza e de extrema pobreza. No presente artigo será apresentada algumas políticas que foram aplicadas no município de Tamarana, tais como o Programa Fome Zero, o Bolsa Família e o Merenda Escolar.

O Programa Fome zero foi lançado em outubro do ano de 2001, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, e aprimorado em 2003 no governo de Luiz

Inácio Lula da Silva. O programa consiste em uma gama de ações implementadas pelo Governo Federal a fim de combater a fome, propiciando a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, por meio do acesso a uma alimentação em quantidades adequadas as necessidades humanas, de qualidade e regular.

Para cumprir com esse objetivo, o Programa atua em 4 eixos articuladores, são eles: Acesso a Alimentos; Fortalecimento da Agricultura Familiar; Geração de Renda; Articulação, Mobilização e Controle Social. Estes Eixos e suas ações podem ser visualizadas na figura 03.

**Figura 03:** Eixos, programas e ações do Programa Fome Zero.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

O foco do projeto Fome Zero, portanto, é garantir a segurança alimentar, melhorando a distribuição de renda, uma vez que a problemática da fome em território nacional está relacionada a renda insuficiente de muitos brasileiros, e não da insuficiência de alimentos produzidos.

Para tal propósito, as propostas políticas do Fome Zero envolviam 3 níveis de atuação: políticas de caráter estrutural, que visava combater as causas da fome, com a ampliação dos direitos sociais e da renda familiar; políticas específicas de segurança alimentar e nutricional o qual fazia parte também as ações de caráter emergencial; e as políticas locais de escala municipal (TAKAGI, 2010). A figura 04 a seguir representa o esquema das 3 esferas de ações contempladas pelo Programa e suas respectivas ações.

**Figura 04:** Propostas do programa do Fome Zero.



Fonte: Instituto Cidadania, 2001.

A partir deste esquema, pode-se afirmar que o Programa não se limita a combater apenas as consequências da fome e da pobreza, mas age principalmente no sentido de combater suas causas, por meio de políticas voltadas a essa finalidade.

Além disso, verifica-se a tentativa de valorização e dinamização da escala local. A atuação do Programa desta forma, embora apresente características em comum a todos os municípios, também atende as peculiaridades locais. Por exemplo em áreas metropolitanas, colocou-se a necessidade de se implantar mais restaurantes populares e bancos de alimentos (TAKAGI, 2010). Já em áreas urbanas não metropolitanas ou cidades de porte pequeno ou médio, entre as ações sugeridas, estava o incentivo à agricultura urbana, cadastro de terrenos sem uso para produção de hortas, entre outros (TAKAGI, 2010). E para as áreas rurais, valorização de políticas agrícolas (TAKAGI, 2010).

A partir do Projeto Fome Zero, que visava não somente aglutinar políticas de combate à fome, mas também complementar políticas já existentes, criou-se o programa federal de segurança alimentar e combate à fome, distribuído atualmente por vários ministérios, e que hoje faz parte do Bolsa Família.

O segundo programa aqui trabalhado é o Programa Bolsa Família, que foi criado no ano de 2003, e tem como objetivo o combate à pobreza e desigualdade social, a partir da transferência direta mensal de renda as famílias em situação de pobreza e acompanhamento nas áreas de educação e saúde de crianças, adolescente e mulheres grávidas que se beneficiam do Programa (MDS, 2017).

No setor educacional procura assegurar a matrícula e frequência das crianças e adolescentes em condição de pobreza e extrema pobreza nas escolas, a partir do acompanhamento destes (MDS, 2017). E na área da saúde, auxilia o desenvolvimento saudável das crianças, adolescentes e gestantes e em fase de amamentação (MDS, 2017).

A seleção das famílias a serem beneficiadas se dá a partir das informações registradas no município no Cadastro Único e o saque do valor depositado mensalmente é realizado pelo responsável pela família, na maioria dos casos, as mulheres (MDS, 2017). O valor depositado depende do tamanho da família, da idade dos indivíduos e da renda total todos os membros da família recebem, de modo que as famílias recebem valores diferenciados em função destas especificidades (MDS, 2017).

Desde o ano de 2012, o Programa faz parte do Plano Brasil sem Miséria, que se compõe de um conjunto de iniciativas que oferece condições para as famílias superarem a extrema pobreza (MSD, 2017).

Além disso, a gestão do Programa é descentralizada, pois a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios possuem atribuições específicas (MSD, 2017). No nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é a responsável pelos pagamentos as famílias.

Enfim, este programa tem um papel de grande importância na realidade brasileira, e mesmo em Tamarana, na medida em que contribui não somente com a ampliação da renda e desenvolvimento local, a partir da dinamização da economia, mas também permite o acesso há uma alimentação de melhor qualidade pelas famílias e ainda a ampliação do número de estudantes nas escolas, em função das condições apresentadas para participação no Programa.

Além disso, no que se refere ao combate à fome e insegurança alimentar, a manutenção destes estudantes na escola permite uma alimentação nutritiva oferecida pela escola por meio do Programa Nacional de Alimentação (PNAE).

O terceiro programa é o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, também chamado de Merenda Escolar, originou-se na década de 1940, mas apenas em 1988 com a Constituição Federal, assegurou-se o direito à alimentação escolar para todos os alunos de Ensino Fundamental (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2017).

Este programa constitui-se na transferência de recursos federal, aos estados e municípios, para compra de gêneros alimentícios para a merenda escolar (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2017).

O público contemplado pelo Programa são alunos da: educação infantil, ensino fundamental, da educação indígena, remanescentes quilombolas, da educação especial, matriculados em escolas públicas, e alunos de escolas filantrópicas. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2017). O valor repassado a cada escola, diferencia-se de acordo com o número de alunos devidamente matriculados. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2017).

Este programa, é de grande importância em muitas realidades locais, como é o caso do município de Tamarana, visto que, para muitos alunos a possibilidade de acesso a uma alimentação de qualidade e com um bom valor nutricional, contribui para um melhor desempenho do aluno nas atividades escolares, como também no seu cotidiano.

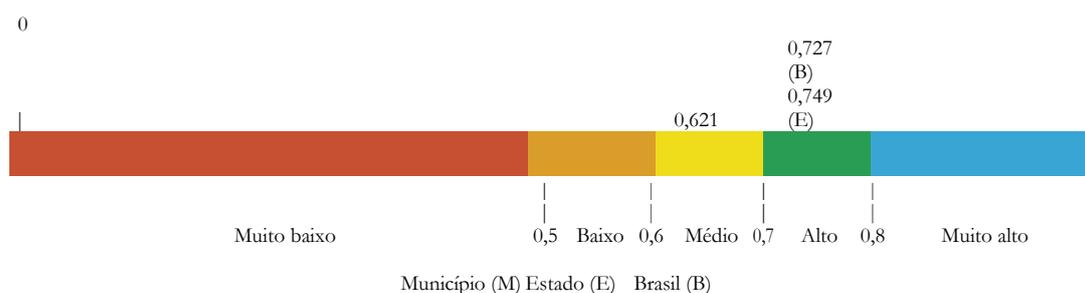
### O impacto dos Programas em dados secundários

No senso do IBGE no ano de 2010 apontou que 5.858 da população tamaranaense residem na área urbana do município, e quanto aos 6.404 tamaranaense residem na área rural, sendo que 6.276 são do sexo masculino, e 5.986 são do sexo feminino, deste total da população 26,88% é idosa.

Segundo o MEC/INEP 2016, no município de Tamarana, possui 106 crianças matriculadas, na Pré-escola, 221 alunos matriculados, no Ensino Fundamental 1.828 alunos matriculados, e no Ensino Médio, 419 alunos matriculados, tendo uma taxa de analfabetismo de indivíduos de 15 anos ou mais de 15,25%.

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD s/d). No Município de Tamarana no ano de 2010 estava a 0,621 como mostra o gráfico 01.

**Gráfico 01:** Índice de desenvolvimento humano

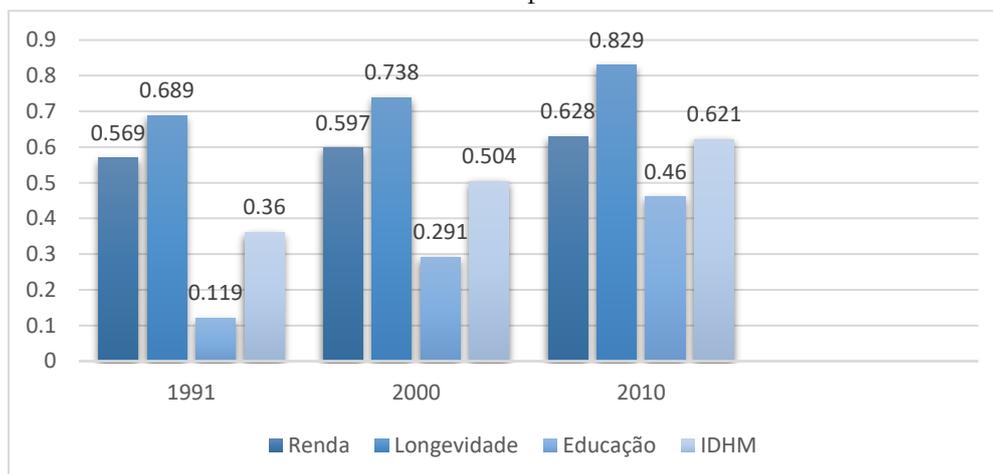


Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD 2013.

A longevidade representa a qualidade, a duração de vida de cada indivíduo, já a educação é o nível de escolaridade dos indivíduos e a qualidade desse ensino, e a renda, pode ser avaliada a renda per capita. Especificamente são esses os elementos que compõem o IDHM, para obter a média geométrica é necessário realizar esse calculo  $\sqrt[3]{A \times B \times C}$ .

O gráfico 02 representa os elementos que compõe o IDHM do município em análise, dos anos de 1991, 2000 e 2010. A evolução do ano de 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,360, em 1991, para 0,621, em 2010. O índice que mais cresceu em termos absolutos foi Educação que em 1991 estava com 0,119 e em 2010 passou a ter 0,460, com crescimento de 0,341, quanto a longevidade em 1991 estava a 0,689 em 2010 passou a ter 0,829, já a renda saltou de 0,569 para 0,628.

**Gráfico 02:** Componentes do IDHM



Fonte: Atlas Brasil, adaptado pelos autores, 2010/2017

É notável o como os índices tiveram aumentos significativos de um senso para o outro, podendo ser associado as políticas sociais que foram sendo desenvolvidas com o passar dos anos, principalmente o da educação, com o Programa Bolsa Família, onde as famílias com poder aquisitivo baixo recebem o benefício e em contraponto à criança e/ou adolescente deve frequentar e ter assiduidade na escola.

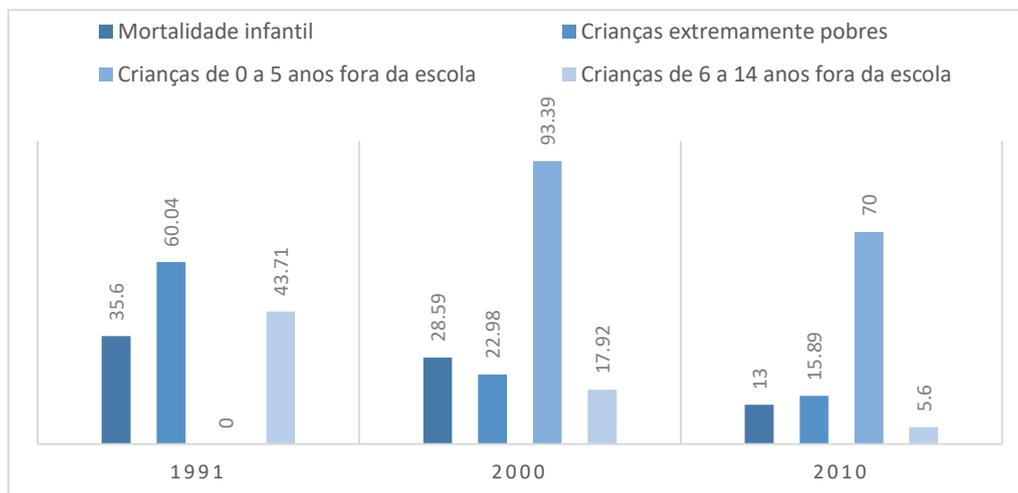
Segundo PNUD, Ipea e FJP, a renda per capita do município de Tamarana, também progrediu com o passar dos anos, em 1991, encontrava-se com R\$275,54, em 2010 R\$398,24. No ano de 1991, 41,89% da população estava em situação de extrema pobreza e 65,91% estavam em situação de pobreza, 9 anos depois, no senso de 2000, a população

extremamente pobre caiu para 15,18% enquanto a população pobre para 38,58%, e no último senso realizado em 2010, os números estão mais baixos, a população em situação de extrema pobreza caiu para 9,76% e a população em situação de pobreza para 22,57. A criação de políticas públicas voltadas para a população menos favorecida, corroboram para sanar a extrema pobreza, a pobreza, retirar famílias da miséria.

Os dados também mostram uma queda nos índices que se referem as crianças do município em estudo. No ano de 1991, a mortalidade infantil atingia certa 35,6% das crianças nascidas, esse número caiu para 13% no ano de 2010, em 1991 existia 60,04% de crianças extremamente pobres, 43,71% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, no senso de 2010, o número de crianças em situação de extrema pobreza caiu para 15,89%, trazendo um novo item, que é questão de que 70% das crianças de 0 a 5 anos estavam fora da escola, porém é valido lembrar que a alfabetização no Brasil se tem início quando a criança completa 5 a 6 anos de idade, podendo ter início antes, isso é escolha dos pais, enquanto as crianças de 6 a 14 anos o índice caiu para 5,6%.

Para que houvesse uma diminuição na extrema pobreza, na pobreza, na quantidade de pessoas passando fome, para que tivesse mais pessoas alfabetizadas, qualificadas para entrar no mercado de trabalho, mais crianças na escola, dentre outras coisas, o Governo criou políticas voltadas para sanar essas necessidades do povo brasileiro.

**Gráfico 03:** A situação da criança desde o senso de 1991 até o senso de 2010.



Fonte: Atlas Brasil, adaptado pelos autores, 2010/2017

Uma delas foi o Programa Fome Zero, que tem como objetivo sanar as necessidades diárias dos brasileiros de baixa renda. Esse programa não surge sozinho, mas, surge com o Programa do Bolsa Família, que tem como objetivo a contribuição para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras oprimidas pela miséria, além de estimular

um acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série.

Para o município de Tamarana será mostrado em números a quantidade de famílias que o Programa Bolsa Família atinge.

Segundo o Relatório sobre o Bolsa Família e o Cadastro Único, que está disponibilizado pelo site do MDS, o município de Tamarana há um total de 1.699 famílias inscritas no Cadastro Único até o mês de julho de 2017, onde 458 famílias a renda per capita é de até 85,00 reais, 234 famílias que recebem de 85,01 reais a 170,00 reais, 632 famílias que recebem entre 170,01 reais e meio salário mínimo, e por fim 375 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Relatório do Bolsa Família e o Cadastro Único, também traz que 576 famílias até o mês de julho de 2017 são beneficiadas com o Programa Bolsa Família.

A tabela 01 representa em números os beneficiados e a as diferentes áreas que estão ligadas. A tabela mostra que o objetivo inicial do PBF (Programa Bolsa Família) foi alcançado, pois diminuiu a evasão escolar, os alunos estão frequentando mais a escola, trazendo a oportunidade de melhorar a qualidade de vida através dos estudos, aumentou também o número de gestantes realizando o acompanhamento pré-natal, e acompanhamento das crianças como relação a vacinas, peso, altura, com a saúde em geral.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de março de 2017, atingiu o percentual de 98,4%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 751 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 763. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 93,9%, resultando em 124 jovens acompanhados de um total de 132. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2016, atingiu 93,9 %, percentual equivale a 465 famílias de um total de 495 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município (Relatório do Bolsa Família e o Cadastro Único, 2017).

É notável que os programas desenvolvidos no território brasileiro corroboraram para que houvesse uma diminuição da discrepância social existente entre a população, porém ainda se tem muito trabalho para ser realizado.

**Tabela 01:** Resultados do Acompanhamento do Bolsa Família.

Resultados do Acompanhamento	Quantidade de indivíduos	Data de coleta das informações
Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	751	03/2017
Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	124	03/2017
Total de beneficiários acompanhados com frequência acima da exigida (6 a 15 anos - 85%)	711	03/2017
Total de beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida (6 a 15 anos- 85%)	40	03/2017
Total de beneficiários com frequência acima da exigida (16 a 17 anos - 75%)	98	03/2017
Total de Beneficiários com frequência abaixo da exigida (16 a 17 anos - 75%)	26	03/2017
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (6 a 15 anos)	12	03/2017
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (16 a 17 anos)	8	03/2017
Total de famílias acompanhadas pela saúde	465	12/2016
Total de gestantes acompanhadas	19	12/2016
Total de gestantes com pré-natal em dia	19	12/2016
Total de crianças acompanhadas	343	12/2016
Total de crianças com vacinação em dia	340	12/2016
Total de crianças com dados nutricionais	337	12/2016
Total de famílias não acompanhadas pela saúde	28	12/2016

**Fonte:** Ministério do desenvolvimento social e agrário, 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas sociais federais tais como o Programa Fome Zero, Merenda Escolar e o Bolsa Família, são ferramentas de grande importância para o desenvolvimento social, como também para uma melhor distribuição de renda.

Tal impacto positivo pode ser observado no município de Tamarana-PR, a partir da análise de dados secundários, no qual comprova-se um aumento na renda per capita, tendo como consequência a diminuição do número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, e também uma queda na mortalidade infantil.

Além disso, no que se refere ao Bolsa Família seu maior impacto em Tamarana é perceptível no setor da educação, passível de conclusões, em razão da diminuição de evasão escolar, consoante das relatividades colocadas para recebimento do benefício. No que se refere ao programa Merenda Escolar e sua inclusão nas escolas, percebeu-se uma melhoria na qualidade dos alimentos, propiciando aos alunos um melhor progresso nas atividades escolares e cotidianas.

Enfim, pode-se afirmar a partir dessa análise a contribuição dos programas sociais para melhoria da qualidade de vida dos beneficiários dos programas no município de Tamarana, e a diminuição da disparidade socioeconômica. Embora não se deva negar a

necessidade da continuidade desses programas, como também de outras políticas públicas, pois seus impactos serão mais perceptíveis a longo prazo.

## REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Município de Tamarana**. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/tamarana\\_pr#vulnerabilidade](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/tamarana_pr#vulnerabilidade)>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos**. Organização de Egláisa Micheline Pontes Cunha e Roberto Sampaio Pedreira. Brasília, Ministério das Cidades, 2008. 172 p.

BRASILIA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. (Ed.). **Bolsa Família**. 2017. Disponível em: <<http://mdspravoce.mds.gov.br/bolsa-familia/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

IBGE - Cidades. **Tamarana**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412667&search=parana|tamarana|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

IPARDES. **Município de Tamarana**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=200&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=200&btOk=ok)>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MDA. **Fome Zero: a experiência brasileira**, Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204234-487363-lt\\_Fome\\_Zero\\_\\_A\\_experinc-1750637.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Fome_Zero__A_experinc-1750637.pdf)> Acesso em: 29 ago. 2017.

MDS. **Bolsa Família, 2017**. Disponível em: <http://mdspravoce.mds.gov.br/wp-content/uploads/pdf-cache/9-o-que-e-27.pdf> Acesso em: 29 ago. 2017.

MDS. **Relatório do Bolsa Família e o Cadastro Único**. Disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão Geral](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>. Acesso em: 28 jul. 2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Merenda Escolar**, 2017. Disponível em: <[http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso\\_PNAE.pdf](http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2017.

RATZEL, F. **Geografia**. Organizado por Antonio Carlos Robert Moraes. São Paulo: editora ática, 1990. 199 p.

SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. In: HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.43-71.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2.ed. Rio de Janeiro: consequência, 2015. 164p.

TAKAGI, M. A implantação do Programa Fome Zero do Governo Lula. In: ARANHA, A. V. (Org.). **Fome Zero uma história brasileira**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. p. 54-73. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2017.

---

<sup>i</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: marianaps39@gmail.com

<sup>ii</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: evandrogeouel@gmail.com

<sup>iii</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: andressarso@hotmail.com